

FEAM	
PROTOCOLO Nº 322468/10	160
DIVISÃO: PRO 17/5/10	FLNº
MAT.:	VISTO: <i>[Assinatura]</i>

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

PARECER JURÍDICO

Autuado: FUNDAÇÃO SIDERAL	
Processo nº 148/1994/001/2004	
Referência: Auto de Infração nº 1291/2004 - RECURSO	
Tipo de infração: GRAVÍSSIMA	Porte: PEQUENO

I - RELATÓRIO

Fundição Sideral Ltda foi multada em decisão da URC COPAM reunida em 19/02/2009, aplicou duas penas de multas nos valores de R\$ 10.001,00, cada uma.

Notificado da decisão através do OFÍCIO no. 936/2009 de 16/07/2009, apresentou Recurso cujas alegações, em síntese, são as seguintes:

- ✓ Ao contrario do que entendeu a URC do Alto de São Francisco, a recorrente não praticou qualquer conduta típica capaz de ensejar as penalidades de multas a que se viu condenada (...) de acordo com os arts. 1º, 4º e 6º, da DN COPAM 50/2001.
- ✓ (...) em virtude da capacidade reduzida armazenada menor que o limite tolerado em lei, (...) deve ser considerada isenta de licenciamento.
- ✓ (...) conforme deliberação normativa (...) 032/2000, em outubro de 2004, (...) ficou constatado que o solo da área de abastecimento da empresa não foi impactada por hidrocarbonetos.
- ✓ Foi apurado em seu estudo que:
- ✓ "os equipamentos (tanque e bomba) estão em razoável estado de conservação e não apresentam indícios de vazamento ou oxidação. Na data da investigação, o filtro de óleo Diesel já havia sido retirado da área de risco sendo assim, não foi possível a realização de sua descrição".
- ✓ "O empreendimento não consta de ocorrências com órgãos ambientais ou reclamações da vizinhança. Nunca foi verificada perda de produto estocado. Não foi verificado nenhum tipo de irregularidade em se tratando de vazamentos, derramamentos ou acidentes ambientais ou indício da presença de produto na área investigada".
- ✓ "O nível freático local não foi atingido até a profundidade de 1,5 metros".
- ✓ "Não foram constatados meios de contaminação do solo e água subterrânea via derramamentos ou vazamentos de combustível".
- ✓ Os dados obtidos na investigação ambiental indicam a ausência de VOC na área de tancagem e abastecimento com valores nulos de concentrações".

- ✓ "(...) De acordo com os moldes do RBCA adotados, a área encontra-se isenta de Riscos a Saúde Humana devido à ausência de vetores de contaminação na área investigada".
- ✓ Ademais, o próprio relatório de vistoria no. 014299/2006, feito pela FEAM, ao contrário do anterior, dá conta de que inexistiu qualquer irregularidade da empresa Recorrente, constando que "Toda a instalação atende aos requisitos técnicos determinados pela NBR 7505 (...)".
- ✓ A Recorrente e seu representante legal foram absolvidos na Justiça Comum.
- ✓ (...) houve um equívoco de comunicação interna, vez que a decisão ora guerreada é datada de 19.02.2008, com notificação datada manualmente de 16 de julho de 2009 (...) e 15 de dezembro de 2009, onde é ratificada/reiterada, quando na verdade a sentença absolutória é de 02/12/2008 e a comunicação à Regional Copam, com juntada da decisão supra ocorreu dia 26/03/2009.
- ✓ Percebe-se, portanto, que sequer foi analisada pela URC do Alto de São Francisco a petição protocolizada dia 26/03/2009, (...) vez que, conforme mencionado, embora a decisão da mencionada Unidade seja datada do dia 19/02/2008, somente a notificação é datada de 16/07/2009.
- ✓ (...) com a autuação não foi enviada qualquer cópia de "laudo técnico" específico que comprovasse o dano ambiental. (...) inexistiu nos autos o mencionado laudo hábil.
- ✓ O profissional técnico contratado pela ora Recorrente deu conta de que inexistiu qualquer irregularidade apta a ensejar a aplicação da penalidade, fato inclusive reconhecido pelo juiz criminal.
- ✓ (...) o auto de infração é declaradamente nulo, já que foi lavrado de maneira incorreta, constando erroneamente a suposta infração como sendo gravíssima.
- ✓ (...) faria jus às atenuantes do art. 21 do Dec. 39.424/98, reduzindo-se a multa em 1/3.
- ✓ A recorrente poderá firmar Termo de Compromisso reduzindo-se a multa final aplicada em 50%.
- ✓ Seja conhecido e provido o presente RECURSO para reformar a r.decisão pela URC do Alto de São Francisco (...) isentando o ora Recorrente de toda e qualquer responsabilidade (...).

II – ANÁLISE JURÍDICA

Os argumentos apresentados no recurso não são suficientes para descaracterizar o auto de infração bem como a decisão que aplicou a multa.

Ao contrário do que alega a recorrente, o fato do tanque de combustível possuir capacidade abaixo daquela indicada na DN COPAM 50/2001, por si só, não o exime pelas irregularidades encontradas, tampouco o isenta de adequar-se a legislação ambiental pertinente, conforme sua capacidade de abastecimento.

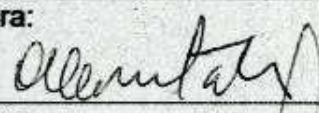


III – CONCLUSÃO

Isto posto, remetemos os autos a Câmara Normativa Recursal, sugerindo o deferimento parcial do Recurso, com a redução em até 50% do valor da multa aplicada, nos termos do disposto no art. 21, parágrafo 4º, do Decreto no. 39.424/98.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 21 de março de 2010.

Autora: Antonieta Carolina de Almeida Couto da Mata - Consultora Jurídica - OAB/SP 191.342	Assinatura: 
Aprovado por: Joaquim Martins da Silva Filho Procurador- Chefe da FEAM OAB/MG 16.076 - MASP 1043804-2	Assinatura: 